

Matérias passarão pelas comissões

Da pauta específica do Executivo para a convocação extraordinária, nove projetos terão que passar pelas comissões permanentes da Câmara. São eles:

1. Ajuste Fiscal — O projeto já tramita na Câmara, numa comissão especial. O relator é o deputado Benito Gama, cujo parecer será votado nesta terça-feira.

2. Desregulamentação da Economia — A comissão especial aprovou, no dia 30 de junho, requerimento de prorrogação por 20 sessões, prorrogáveis por mais 40. O relator é o deputado Ney Lopes (PFL-RN).

3. Incentivos Fiscais — Para capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária. Já aprovado em três comissões, o projeto encontra-se na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. O relator é o deputado Édson Silva (PDT-CE). A matéria tem caráter terminativo nas comissões.

4. Propriedade Industrial — O parecer do relator Ney Lopes está pronto para votação na comissão especial, que abriu prazo para apresentação de destaques. Já existem mais de 500. Este projeto também será decidido nas próprias comissões.

5. Lei do Software — Dispõem sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no País. A matéria está tramitando na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. O relator é o deputado Paulo Silva (PSDB-PI). Terá que tramitar ainda nas comissões de Educação e Justiça, em caráter terminativo.

6. Secretaria Especial de Controle Interno — Outro tema que tem caráter terminativo nas comissões. Atualmente, tramita na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público. O relator é o deputado Délia Braz (FPL-GO). A mensagem do Executivo terá ainda

que passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

7. Fundo de Investimento Imobiliário — Está tramitando na Comissão de Viação e Transportes. O relator é o deputado José Reinaldo (PFL-MA). Por seu caráter terminativo, terá que ser examinado também nas comissões de Finanças e Tributação, assim como na de Constituição e Justiça.

8. Previdência Privada — Dispõe sobre proibição de repasse de verbas públicas para reforço das entidades de previdência privada. Está na Comissão de Seguridade Social e Família e terá que tramitar ainda nas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. A votação final será feita em plenário.

9. Centro Federal de Inteligência — Reorganiza a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Após o parecer das comissões, irá a plenário.